

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 6: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES

Sessão 2: Comportamento Eleitoral e Mídia

**ANÁLISE DA CONTRUÇÃO DA IMAGEM DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO
NA COBERTURA DO “MENSALÃO” PELO JORNAL NACIONAL**

Laura Arantes Gobbi - UFSCar
lauragobbi8@gmail.com

A televisão é o principal meio de comunicação de massa no Brasil. Assim, exerce influência sobre a população diretamente por meio de sua programação. Os telejornais se tornam, desta forma, centrais na formação de opinião dos telespectadores. A construção da imagem por meio de tais programas se torna importante por esse motivo. Neste contexto, é de extrema importância analisar a imagem construída de certas instituições e atores. O caso do “mensalão” obteve grande destaque da mídia e alcançou um longo espaço na agenda dos telejornais. Em sua segunda parte, foi dado destaque a fase do julgamento tendo como principais atores os integrantes do Judiciário brasileiro. Porém, primeiramente é fundamental entender como foi construída a imagem dos atores envolvidos como primeiro passo de uma compreensão de como o determinado ocorrido foi passado à audiência. A escolha do Judiciário brasileiro se torna pertinente num momento em que o destaque dado aos seus componentes é grande, chegando a ocupar um lugar na mídia que frequentemente não ocupavam. Desta maneira, houve a influência nas opiniões de pessoas, o que demonstra a importância em entender como e de que maneira foi construída tal imagem. Assim, temos como principal objetivo desse trabalho, analisar a construção da imagem do Judiciário brasileiro na cobertura do “mensalão” pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Para isso, serão usados os programas do JN exibidos durante o julgamento do “mensalão”.

Introdução

A televisão é o principal meio de comunicação de massa no Brasil e também o principal meio de informação do brasileiro, muito pela diminuição da utilização do rádio e pela queda de venda dos jornais impressos (AZEVEDO, 2006). Os aparelhos televisivos estão presentes em 97,2% dos domicílios brasileiros, enquanto o rádio está em 80,9% e apresentando uma queda em comparação a 2011, diferente da televisão (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO, 2012). Assim, a televisão é um importante veículo de informação e formação da opinião pública, firmando uma agenda pública com base nos tópicos de maior interesse dos telespectadores.

Segundo Renato Ortiz (1988), a televisão teve seu domínio como veículo de massa a partir dos anos 60 e se beneficiou dos anos de Regime Militar para isso. Tal fato se deve a uma reorientação econômica trazida pelo Regime que levou ao aumento da indústria e do mercado e ao fortalecimento da indústria de produção de bens culturais. Foi neste período em que também se fortaleceu o hábito de assistir televisão,

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

pois houve grande investimento do Estado no setor, que resultou em melhoria dos aparelhos. A partir de então, a televisão se consolidou como indústria cultural.

“Em 1970 existiam 4 milhões 259 mil domicílios com aparelhos de televisão, o que significa que 56% da população era atingida pelo veículo; em 1982 este número passa para 15 milhões 855 mil, o que corresponde a 73% do total de domicílios existentes”. (ORTIZ, 1988, p. 130)

Nos anos de Regime Militar, não só a política e as empresas de bens materiais passam por transformações, mas a indústria cultural também passa por tais mudanças. As medidas econômicas feitas pelo regime levam a mudanças na dimensão cultural, contexto este em que os capitães de indústria dão lugar ao *manager*, assim nos anos 60 e 70 os empreendedores se concentram na administração de aglomerados que aglutinam vários setores empresariais. A TV Globo fazia parte do conglomerado formado por Roberto Marinho, o qual possuía, além da emissora, o Sistema Globo de Rádio, a Rio Gráfica, VASGLO (promoção de espetáculos), Telcom, Galeria Arte Global e a Fundação Roberto Marinho. Inicia-se, desta forma, uma divisão entre a figura pessoal do empresário e suas empresas com as duas não se confundindo mais, com uma equipe administrando suas atividades e sem a dependência de apenas uma grande figura em sua administração (ORTIZ, 1988). A Rede Globo de Televisão foi ganhando seu espaço a partir dos anos 60 e manteve sua posição de liderança até os dias de hoje.

“Em termos de cobertura, a Rede Globo e suas 117 afiliadas estão presentes em todos os estados, cobrindo cerca 5482 municípios, 98,44% do território nacional, e alcançou, em 2011, 99,50% dos telespectadores que possuíam aparelho de televisão no Brasil. Internacionalmente o seu canal possui assinantes em mais de 115 países, a emissora ainda lucra com a venda de seus programas para mais de 130 países.” (FERREIRA; SANTANA, 2012, p. 154).

A importância do Jornal Nacional

Entre seus principais programas, está o Jornal Nacional (JN), principal jornal televisivo da Rede Globo e do Brasil em audiência, sendo o terceiro programa mais assistido do canal de 11 de novembro de 2013 a 17 de novembro de 2013 (INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA, 2013), além de liderar o “horário nobre” da TV. É coerente pontuar que segundo PORTO (2007), o horário nobre acontece a partir das 20 horas indo até 21:59, constando como o horário de maior audiência na televisão.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O destaque do JN quanto a sua posição de veículo de informação sobre os outros jornais televisivos comprova-se pela sua audiência comparada aos outros níveis de audiência. De janeiro a outubro, o JN registrou média de 26,3 pontos, enquanto o Brasil Urgente, da Band, marcou 4,7. O “SBT Brasil” marcou 4,7 e o Cidade Alerta, da Record, 8,6 (FOLHA DE S. PAULO, 2013). Outro fator importante está na prevalência da TV aberta sobre a TV fechada. Segundo o IBOPE (2013), entre as 7 horas a meia noite, os quatro canais mais vistos da TV paga eram a Globo, Record, SBT e Band, os principais canais da TV aberta. A Rede Globo registra 3.079.300 em audiência, contra os 222.600 registrado pelo *Discovery Kids*, a maior audiência entre os canais pagos.

No JN encontra-se, portanto, uma das principais fontes daqueles cidadãos que buscam obter informações por meio de um veículo de comunicação. Assim, temos que o conteúdo veiculado por essa fonte específica é de extrema importância visto o seu alcance superior ao dos jornais impressos e o destaque que ganha na determinação do grau de saliência em determinados temas na vida das pessoas.

“Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naqueles que são as mais importantes questões o dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função agendamento dos veículos noticiosos” (MCCOMBS, 2009, p. 17).

O caso do “mensalão” e o Judiciário brasileiro

Segundo Mauro Porto (2007), de 20 de setembro a 13 de novembro de 1999, “política” ocupou 20% do tempo do jornal e foi o assunto de 21% das notícias, tendo como tema “política” mais frequente em 37% das notícias, corrupção e escândalos. Acontecimentos políticos acabam recebendo destaque na mídia e causam comoção na população, levando a uma cobertura que constrói uma imagem para os atores políticos envolvidos. Porém, os jornalistas não trabalham apenas passando a informação, mas atuam no modo em que é dado sentido ao mundo da política (PORTO, 2007).

“O jornalismo deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos. Isso não significa que os repórteres tenham lâminas políticas a afiar ou sigam conscientemente agendas partidárias ou ideológicas particulares. Ao contrário, o que complica estabelecer o papel político dos jornalistas é que sua influência política pode decorrer de sua adesão a princípios de objetividade e deferência aos fatos e sua distância “custe o que custar” em relação às consequências sociais e políticas de sua cobertura, e não a despeito dessa adesão” (COOK, 2011, p. 1).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Assim, no ano de 2005 tivemos no cenário político brasileiro, o chamado “maior escândalo de corrupção do Brasil” denominado “mensalão” pelo delator do esquema, o deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, termo esse que foi adotado pela grande mídia. Durante o início do primeiro mandato do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), havia pouco apoio no Congresso Nacional o que comprometeria uma agenda de votações do partido a qual naufragaria com pouco apoio. Apesar disso, o presidente conseguiu apoio o que possibilitou a aprovação de diversos projetos, alguns que dificilmente seriam aprovados sem apoio. Em junho 2005, o então deputado federal e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um dos aliados do governo, Roberto Jefferson, veio a público denunciar um esquema de corrupção envolvendo compra de votos de congressistas no Planalto. O nome “mensalão” foi dado pelo próprio Jefferson em sua primeira entrevista relacionada ao tema no jornal Folha de S. Paulo.

[...] “o escândalo do mensalão ficou conhecido como um complexo esquema de corrupção que envolveu partidos e líderes da base aliada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. [...] empresas do publicitário Marcos Valério teriam recebido 135,9 milhões de reais para pagamento de políticos de cinco partidos (PT, PMDB, PP, PL e PTB), recursos usados, de acordo com a alegação dos envolvidos, para quitar dívidas do PT e financiar ilegalmente campanhas eleitorais. [...] Em outubro de 2012, o STF condenou pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha líderes do PT, como José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT), e José Genoíno (ex-presidente do PT) apenas pelo de corrupção ativa” (NUNOMURA, 2013, p. 2).

Dentro do meio jurídico, o evento recebeu o nome de Ação Penal 470, tendo sido o julgamento mais duradouro da história do Supremo Tribunal Federal, com 53 sessões ao todo contra 38 réus, dos 25 foram condenados e 12 absolvidos. A ação envolvia os crimes de corrupção ativa; corrupção passiva; evasão de divisas; gestão fraudulenta de instituição financeira; lavagem de dinheiro; formação de quadrilha e peculato (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2013). Com o espaço dado aos escândalos e corrupção, o caso do “mensalão” ocupou lugar de destaque na mídia em sua primeira fase. Em sua segunda parte, foi dado destaque a fase do julgamento tendo como principais atores os integrantes do Judiciário brasileiro.

O Supremo Tribunal Federal é um órgão pertencente ao Poder Judiciário, cuja função é proteger os direitos da Constituição. Ele é composto por onze ministros

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

escolhidos pelo Presidente da República após a aprovação absoluta no Senado Federal. Entre suas funções está na área penal, por exemplo, a de julgar as infrações penais comuns do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos membros do Congresso Nacional, do Procurador-Geral da República, entre seus próprios ministros. É composto atualmente por: Joaquim Barbosa (presidente); Ricardo Lewandowski (vice-presidente); Celso de Mello; Marco Aurélio; Gilmar Mendes; Cármen Lúcia; Dias Toffoli; Luiz Fux; Rosa Weber; Teori Zavascki e Roberto Barroso. No período em que se desenvolveram os fatos analisados pela pesquisa, o presidente era Ayres Britto, Cezar Peluzo ainda fazia parte e os ministros Teori Zavascki e Roberto Barroso ainda não haviam entrado (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2013). Tal instituição, formada apenas por magistrados, não teria tanta identificação do público, principalmente devido à linguagem utilizada ser mais específica e que afastaria o público médio (FERNANDES, 2013), porém, os veículos de informação continuaram cobrindo o desenrolar do julgamento informando ao público as principais informações sobre o caso.

A cobertura sobre o “mensalão”

Atraindo grande destaque da mídia, o “mensalão” chamou a atenção do público despertando a importância em saber em qual medida o fato influenciava no comportamento da população. Porém, primeiramente é fundamental entender como foi construída a imagem dos atores envolvidos como primeiro passo de uma compreensão de como o determinado ocorrido foi passado à audiência. O destaque dado ao Judiciário brasileiro se torna pertinente num momento em que o espaço dado aos seus componentes é grande, chegando a ocupar um lugar na mídia que frequentemente não ocupavam.

Entre os atores de maior destaque estava o ministro Joaquim Barbosa, primeiro negro a ocupar tal cargo e, devido a ocupar a função de relator do “mensalão”, ganhou a fama de “herói” com a população (FOLHA DE S. PAULO 2012). Já o ministro Ricardo Lewandowski, em uma coluna do jornal Folha de S. Paulo do dia 2 de setembro de 2013, que tinha como título: “Lewandowski deve ler em plenário trechos de voto sobre embargos no mensalão”, recebeu comentários diferentes. Como que insinuações de que o ministro atua ao lado dos réus, chamados de “mensaleiros” em um comentário.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“Mesmo no noticiário político, em que muitas vezes são relatados fatos relacionados ao mais alto poder público e a disputas eleitorais acirradas, com questões ideológicas e político-partidárias entremeando os acontecimentos, há uma construção narrativa que molda a face dos personagens envolvidos, reforça tensões, constrói crises e traz à tona possíveis heróis e vilões” (FERNANDES, 2013, 2).

Temos assim, que durante o dia 2 de agosto de 2012 a 23 de outubro de 2012, parte considerável do JN foi destinada à cobertura do julgamento do “mensalão”, ou seja, foram produzidos por esse canal de informação conteúdos noticiosos que conformaram a imagem do poder judiciário brasileiro. O uso da televisão justifica-se principalmente devido a sua linguagem audiovisual forte junto de sua velocidade, visibilidade, instantaneidade, simultaneidade e espetacularização, os quais juntos modificam a esfera pública (AZEVEDO, 1998). Assim, o estudo sobre a construção de imagem realizada pelos programas jornalísticos televisivos possui importância por tentar demonstrar o modo como os telespectadores encaram as instituições políticas.

Desta maneira, é de grande importância investigar a forma pela qual essa imagem foi construída pelo JN partindo-se do princípio de que a agenda dos telespectadores é constituída de acordo com o determinado meio de comunicação de massa. A construção da imagem do Judiciário se torna central por poder influenciar o modo como os telespectadores enxergam a política e o modo como a tratam.

“Todos os sujeitos, instituições e ações públicas possuem um conceito temporal sobre a sua qualidade política, pois ele é construído por diferentes imagens (positivas e negativas), a partir de informações às quais a sociedade e os indivíduos têm acesso, sobre as partes que lhes for permitido ver, saber ou ouvir. Não é necessário conhecer uma figura pública para formar uma imagem. Todas as instituições e sujeitos que disputam os espaços públicos, votos e boa vontade, por quaisquer meios, são vulneráveis a julgamentos, curiosidade, expectativas e, portanto, passíveis de formação de opiniões, imagens e dúvidas. Neste sentido, a dramatização de ações faz com que os sujeitos assumam papéis de atores, personagens da sua própria obra, da parte que pode ser mostrada” (WEBER, 2004, p. 274).

Considerações finais

A pesquisa encontra-se em fase inicial, tendo como proposta geral mostrar a importância da mídia na construção de imagem dentro do contexto nacional. Até agora, a partir de uma observação prévia, podemos identificar a relevância da abordagem da cobertura da mídia tradicional, principalmente do JN, dos grandes acontecimentos

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

políticos. Assim, o caso do “mensalão” se torna um bom exemplo para se pensar esse tipo de cobertura.

A partir de uma análise que considere o enquadramento concebido pelo sociólogo norteamericano Erving Goffman (1986), na obra “*Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*”, método o qual consiste em analisar os fenômenos sociológicos que levam a formação das preferências e que tem sido cada vez mais usado no Brasil nos estudos sobre a relação entre mídia e política (PORTO, 2004), pretende-se obter a identificação dos enquadramentos noticiosos identificando por meio das notícias relacionadas ao tema e as atribuições positivas e negativas e assim, entender suas contribuições na construção da imagem do Judiciário brasileiro.

“O conceito de enquadramento noticioso oferece uma sólida alternativa para analisar a mídia nacional, pois trata com a questão de como a mensagem é organizada, ressaltando preferências de um determinado enquadramento em oposição a outros. A importância desse conceito está diretamente relacionada à identificação das tendências dos meios noticiosos nacionais e à análise de comunicação com um enfoque que é específico do campo jornalístico” (PLINIO, 2011, p. 12).

Tal conceito tem se mostrado eficaz indo contra a ideia de que o papel da mídia seria o de apenas informar e ser imparcial, gerando um “paradigma da objetividade” que acaba por ofuscar diversos aspectos a serem observados (PORTO, 2004).

O principal material empírico utilizado foram os 57 programas do Jornal Nacional exibidos de segunda-feira a sábado do dia 2 de agosto de 2012 (início do julgamento do “mensalão”) ao dia 23 de outubro de 2012 (quando os ministros começaram a debater sobre a dosimetria do julgamento) e que trataram sobre o assunto. Os vídeos foram obtidos do site do próprio Jornal Nacional (<http://g1.globo.com/jornal-nacional/>) e ao todo somam 258 minutos.

Através do discurso dos âncoras e reportes do JN, da análise do tempo destinado pelo JN ao julgamento do “mensalão”, do tempo destinado dentro de cada notícia a cada ator e a seleção das falas dos atores, pretende-se definir se a imagem a cobertura foi positiva ou negativa sobre o Judiciário brasileiro. A seleção da fala dos atores é importante devido à exibição de falas de determinados atores, devendo-se especificar quais são esses atores e quais falas são essas. Espera-se obter uma análise sobre o conteúdo do discurso do JN nas chamadas e nos conteúdos das matérias e na seleção

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

dos atores e seus discursos. A partir desse material empírico e da metodologia como descrita é possível chegar a uma série de possibilidades.

Assim, por meio da teoria do enquadramento será possível obter os atributos noticiosos que deram origem a formação da imagem, os enquadramentos e os formatos adotados durante a cobertura, além da realização de índices que demonstrem o tempo destinado ao “mensalão” e os personagens do Judiciário com maior destaque e a criação de um banco de dados.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. In. *Comunicação & Política: conceitos e abordagens*. UNESP, 2004.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Espaço público, mídia e modernização das campanhas eleitorais no Brasil. In: *REUNIÃO ANUAL DA COMPÓS*, 7., 1998, São Paulo.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *Mídia e Democracia no Brasil: relações e entre o sistema de mídia e o sistema político*. Opinião Pública, Campinas, vol.12, nº1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

COOK, Timothy. O jornalismo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº6, Julho/Dezembro, 2011, p. 203-247.

FERNANDES, Kamila Bossato. A Narrativa do Mensalão no Jornal Nacional. In: *Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política*, 5., 2013, Curitiba.

FERREIRA, Raquel Marques Carriço; SANTANA, Dhione Oliveira. A “publicização” do consumo: um estudo das ações publicitárias inseridas nas telenovelas da Rede Globo por faixas de horário. *Signo y Pensamiento*, Bogotá, vol. 32, nº62, Janeiro/Junho, 2013.

FOLHA DE S. PAULO. *Joaquim Barbosa rejeita rótulo de herói e diz que é “barnabé”*. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1146877-joaquim-barbosa-rejeita-rotulo-de-heroi-e-diz-que-e-barnabe.shtml> >. Acesso em: novembro 2013. 2012.

FOLHA DE S. PAULO. *Lewandowski deve ler em plenário trechos de voto sobre embargo no mensalão*. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2013/09/1335473-lewandowski-deve-ler-trechos-de-voto-de-decano-do-stf-sobre-embargos-no-mensalao.shtml> >. Acesso em: novembro 2013. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. *Noticiários noturnos da TV perdem audiência em 2013*. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/140567-noticiarios-noturnos-da-tv-perdem-audiencia-em-2013.shtml> >. Acesso em: dezembro 2013. 2013.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Boston: Northeastern University Press.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Top 5: São Paulo – Semana 46 – 11 a 17/11/2013*. Disponível em < <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/TabelasMidia/audienciadetvsp/Paginas/TOP-5-S%C3%83O-PAULO-SEMANA-46.aspx> >. Acesso em: novembro 2013. 2013.

LEAL, P. M. V. *Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso*. FAAC-UNESP, 2007.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

LIEDTKE, Paulo Fernando. Governando com a mídia: o agendamento mútuo entre o Estado e os Mass Media na política nacional. In: *Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação*. 2007, Curitiba.

MCCOMBS, Maxwell. *A Teoria da Agenda – A mídia e a opinião pública*. Petrópolis. Ed. Vozes. 2004.

MUNDIM, Pedro Santos. *Imprensa e Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 2002 e 2006*. Rio de Janeiro. 2010.

NUNOMURA, Eduardo. *O julgamento midiático do mensalão nas páginas da Folha e da Veja*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5., 2013, Curitiba.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1988.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. *Domicílios Brasileiros: Domicílios Brasileiros (%) com Rádio TV, Telefone, Microcomputador e Micro com Acesso à Internet*. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/pnad.asp>>. Acesso em: setembro 2013. 2013.

PORTO, Mauro, P. Enquadramentos da Mídia e Política In. ALBINO, Antonio, RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e Política: Conceitos e abordagens*. UNESP, 2004.

PORTO, Mauro P. *Televisão e Política no Brasil- A Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro. E- papers. 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *AP 407 – Ação Penal*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp>>. Acesso em: novembro 2013. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Composição atual*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao>>. Acesso em: novembro 2013. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Conheça o STF*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>. Acesso em: novembro 2013. 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Histórico das Composições*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/composicaoPlenaria/composicaoPlenariaAnterior.asp>>. Acesso em: novembro 2013. 2012.

TV Pop. *Canais da TV Aberta Dominam a Audiência da TV Fechada*. Disponível em: <<http://tvfoco.pop.com.br/audiencia/canais-da-tv-aberta-dominam-a-audiencia-da-tv-fechada-confira-o-ranking/>>. Acesso em: dezembro 2013. 2013.